

Mitos Liberais acerca do Estado Brasileiro: dados e argumentos para combater o desmonte institucional do governo Bolsonaro

José Celso Cardoso Jr.

(Colaboradores: Félix Lopez, Erivelton Guedes, J. Carlos dos Santos, Otávio Ventura)

Afipea, Bsb, 03 setembro 2019
Senado Federal / CDH / Reforma da Previdência

Frentes de Desmonte simultâneo do Estado e do Desenvolvimento brasileiro

1. Desmonte do Setor Produtivo Estatal:

privatizações descabidas, desnacionalização patrimonial, perda de soberania nacional.

2. *Bullying Institucional* contra Entidades produtoras de informações e conhecimentos:

IBGE, INPE, BNDES, CNPq, CAPES, FINEP, INEP, IPEA, FIOCRUZ, ANVISA, FUNAI, IBAMA, ICMBio ...

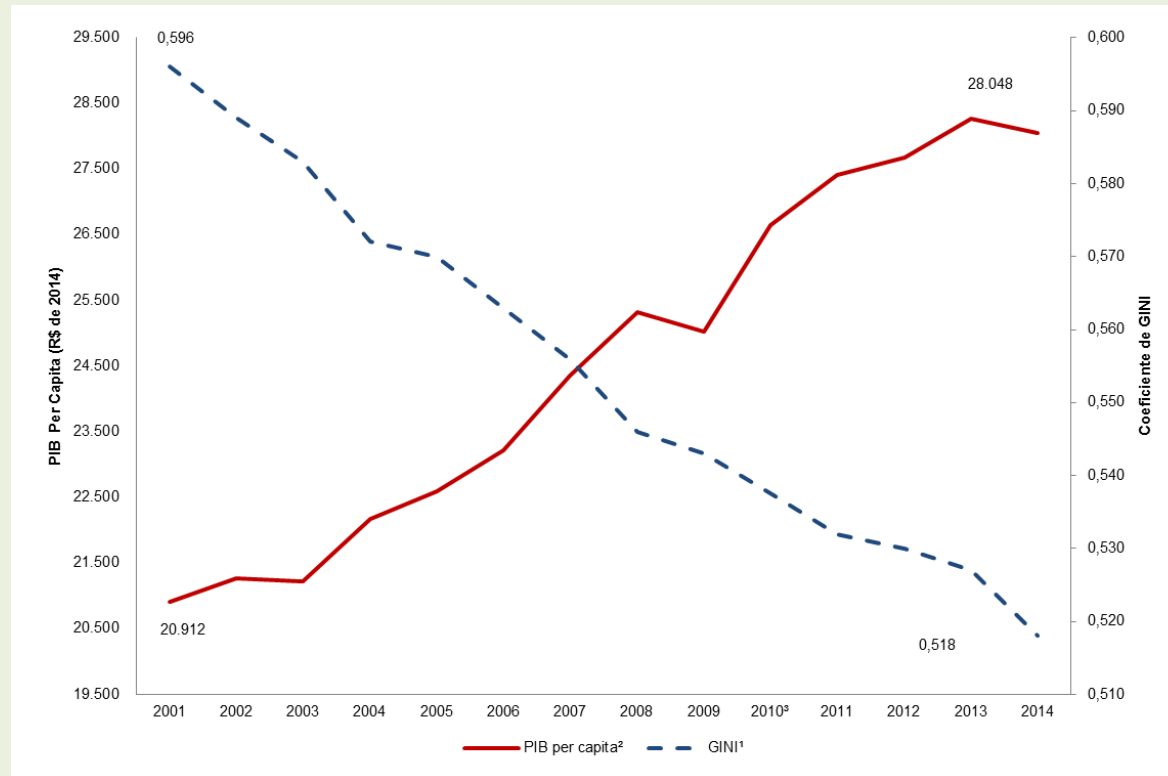
3. Reforma Administrativa de caráter reducionista (de preços e quantidades), persecutória (contra organizações e pessoas não alinhadas ao mesmo ideário e práxis político-ideológica) e criminalizadora da própria atuação governamental e de parte dos seus servidores (cf. LRF/2000, EC 95/2016, e propostas de reforma administrativa ora em curso).

7 FALÁCIAS LIBERAIS SOBRE O ESTADO BRASILEIRO

1. O Estado brasileiro é anticapitalista, contra os interesses do mercado??? NÃO!!!
2. O Estado brasileiro é grande demais??? NÃO!!!
3. O Estado brasileiro é caro e ineficiente??? NÃO!!!
4. A Estabilidade dos servidores públicos federais é absoluta??? NÃO!!!
5. O RPPS dos servidores públicos federais tem déficit permanente e insustentável??? NÃO!!!
6. A Reforma da Previdência, a Reforma Administrativa e as reformas microeconômicas vão acordar a "Fada da Confiança" na economia brasileira, recuperando o crescimento, o emprego e a arrecadação??? NÃO!!!
7. As finanças do Estado devem ser pensadas, contabilizadas e tratadas de modo distinto das finanças pessoais e empresariais??? Ou por outra: as Finanças Públicas possuem estrutura e forma de funcionamento diferentes das finanças pessoais e empresariais??? Em suma: O Estado brasileiro pode gastar, em termos reais, mais do que arrecada, em determinados contextos críticos??? SIM!!!

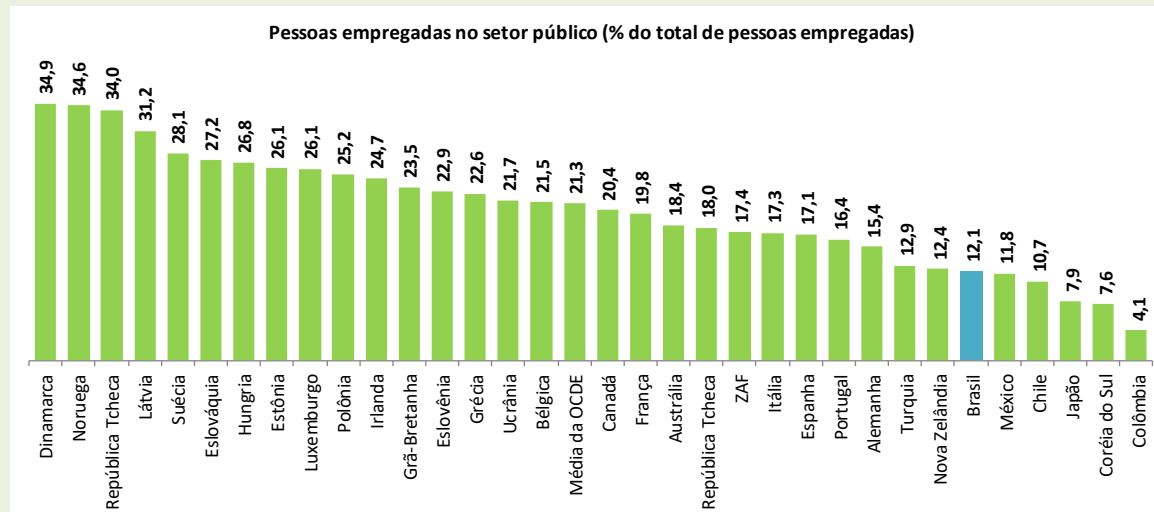
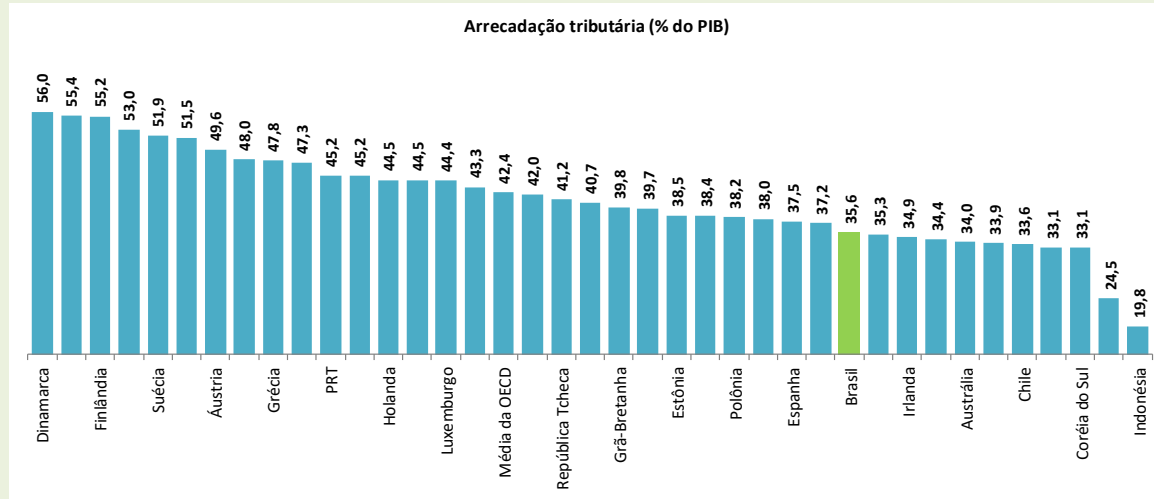
7 FALÁCIAS LIBERAIS SOBRE O ESTADO BRASILEIRO

1. O Estado brasileiro é anticapitalista, contra os interesses do mercado??? NÃO!!!



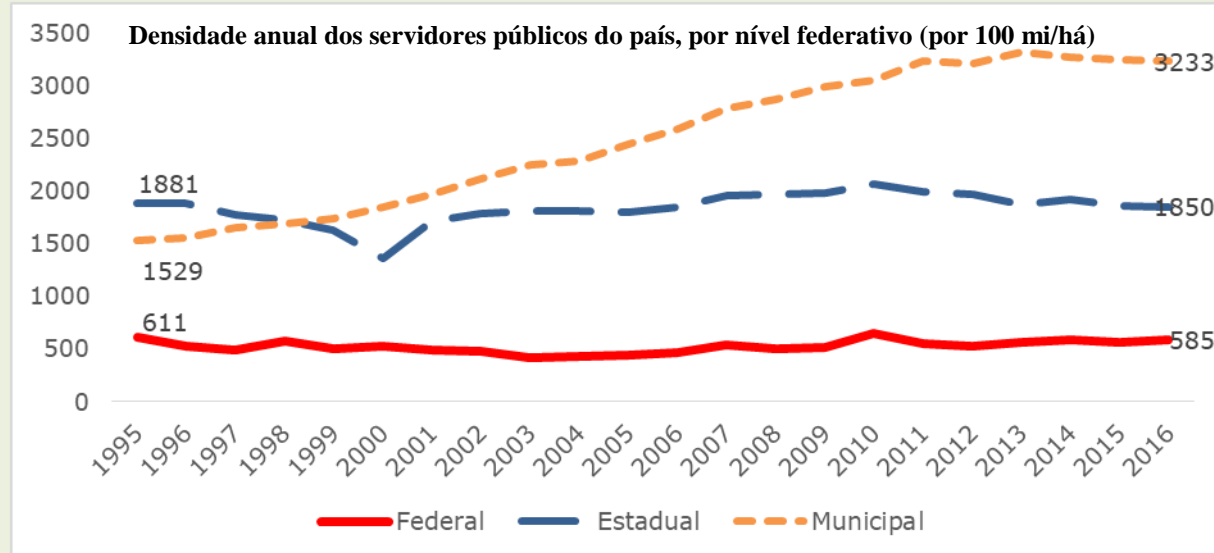
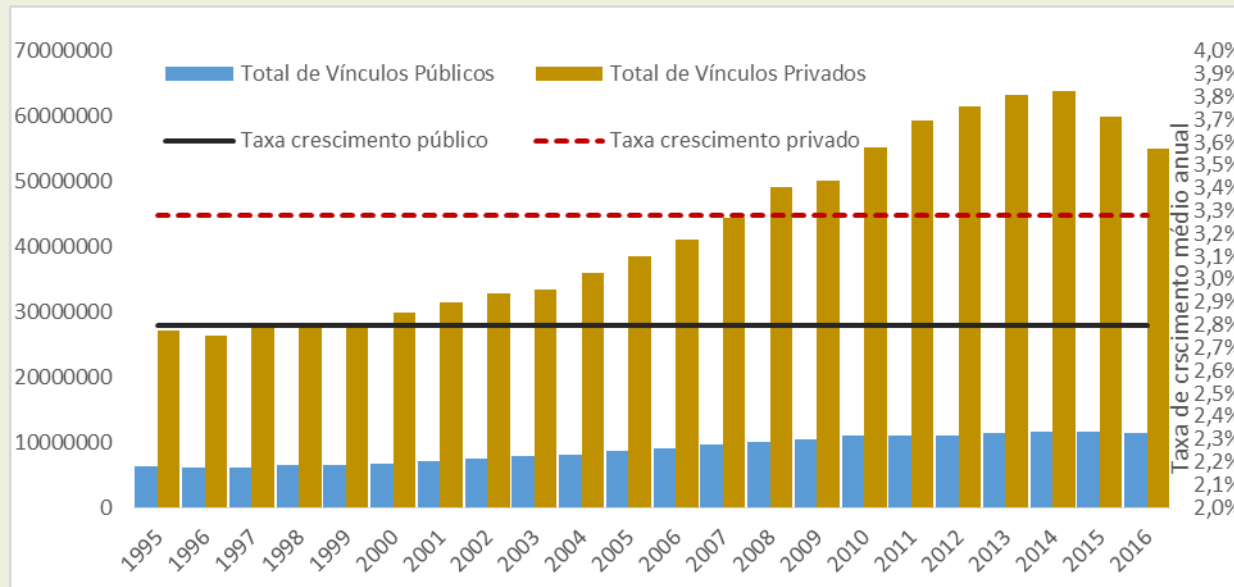
7 FALÁCIAS LIBERAIS SOBRE O ESTADO BRASILEIRO

2. O Estado brasileiro é grande demais??? NÃO!!!



7 FALÁCIAS LIBERAIS SOBRE O ESTADO BRASILEIRO

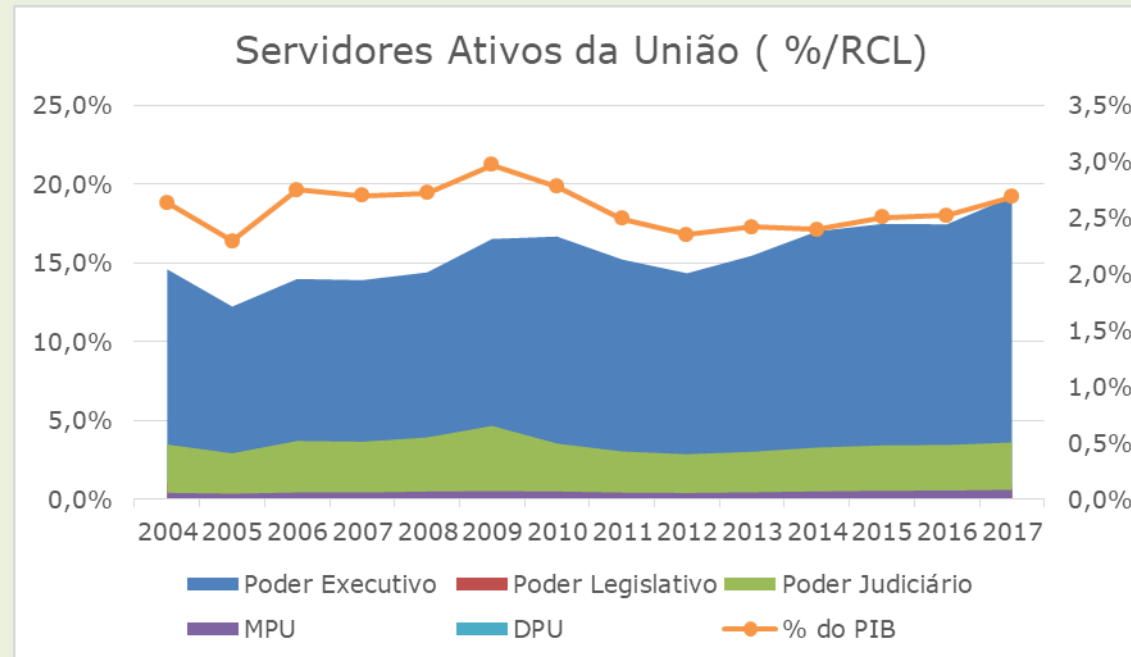
2. O Estado brasileiro é grande demais??? NÃO!!!



7 FALÁCIAS LIBERAIS SOBRE O ESTADO BRASILEIRO

3. O Estado brasileiro é caro e ineficiente??? NÃO!!!

Despesa com servidores federais ativos em relação à
Receita Corrente Líquida e ao PIB – (2004-2017)



7 FALÁCIAS LIBERAIS SOBRE O ESTADO BRASILEIRO

3. O Estado brasileiro é caro e ineficiente??? NÃO!!!

UTILIZAÇÃO DA REDE DE INFRAESTRUTURA	2002	2013	2018
TRANSPORTES			
Bilhetes pagos em voos regulares nacionais	34,3 milhões	89,9 milhões	118 milhões
Movimentação de passageiros nos aeroportos	71,2 milhões (2003)	193,1 milhões	215,2 milhões
Movimentos de pouso e decolagem nos aeroportos	723 mil (2007)	1.095 mil	1.775 mil
Frota de veículos	39,0 milhões (2004)	82,0 milhões	101,0 milhões
Transporte interestadual rodoviário de passageiros	70,4 milhões (2003)	54,4 milhões	40 milhões
Movimentação de contêineres (ton)	35,0 milhões	98,0 milhões	113 milhões
Movimentação de carga nos portos e Terminais (ton)	529 milhões	931 milhões	1.121 milhões
Carga transportada em ferrovias (tu)	389 mil (2006)	463 mil	570 mil
ENERGIA			
Número de unidades consumidoras	52,8 milhões (2003)	74,6 milhões	
Oferta Interna de Energia Elétrica (OIEE) per capita	2444,5 Kwh/hab (2006)	3020,8 Kwh/hab	
COMUNICAÇÕES			
Telefones móveis ativos	34,8 milhões	271,1 milhões	
Telefones fixos ativos	38,7 milhões (2006)	44,3 milhões	
Assinantes de TV	3,5 milhões	18,0 milhões	
Domicílios com acesso à internet	12,9 % (2005)	40%	
AMPLIAÇÃO DA REDE DE INFRAESTRUTURA			
	2002	2013	2018
TRANSPORTES			
Extensão da malha rodoviária pavimentada (km)	156,4 mil	202,6 mil	213,452 (2017)
Extensão concedida (km)	11,96 mil (2008)	15,4 mil	20,7 mil (2018)
Extensão da malha ferroviária (km)	28,8 mil (2004)	29,6 mil	30,5 (2015)
ENERGIA			
Capacidade instalada de geração (MW)	82,5 mil	126,7 mil	
Extensão de linhas de transmissão (km)	72,5 mil	116,8 mil	
Capacidade de transformação (MVA)	166,2 mil	278,3 mil	
COMUNICAÇÕES			
Escolas públicas urbanas com banda larga	21,3 mil (2008)	62,5 mil	

7 FALÁCIAS LIBERAIS SOBRE O ESTADO BRASILEIRO

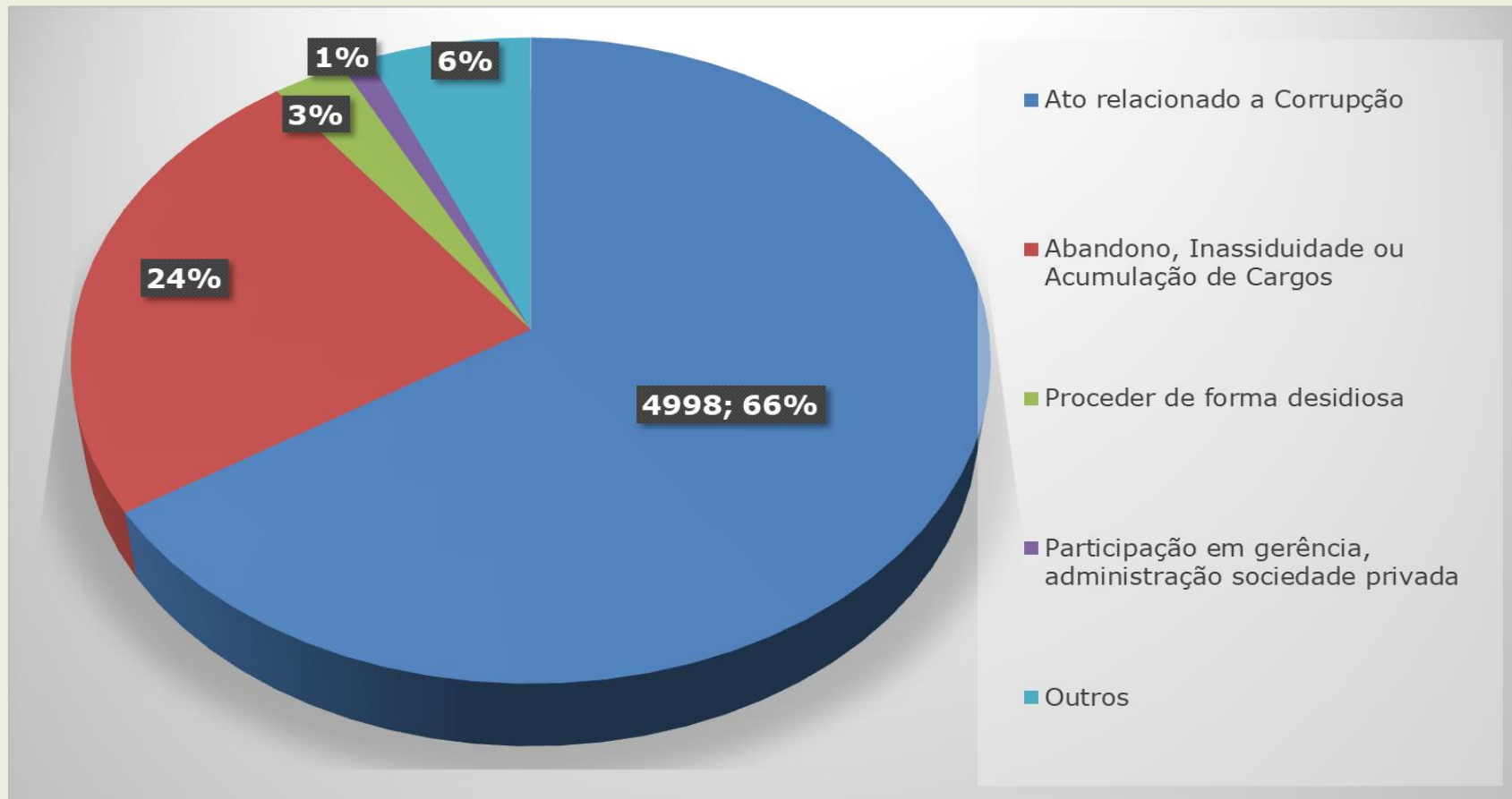
3. O Estado brasileiro é caro e ineficiente??? NÃO!!!

POLÍTICAS SOCIAIS	2002	2013	2018
ASSISTÊNCIA SOCIAL			
Famílias beneficiárias do Bolsa Família	3,6 milhões (2003)	14,1 milhões	13,95 milhões
Beneficiários do BPC e RMV3	2,3 milhões	4,2 milhões	4,6 milhões
PREVIDÊNCIA			
Beneficiários do RGPS	18,9 milhões	27,0 milhões	30,3 milhões
TRABALHO E RENDA			
Beneficiários do Seguro Desemprego	4,8 milhões	8,6 milhões	6,24 milhões
Beneficiários do Abono Salarial	6,5 milhões	21,4 milhões (2012)	22,4
SAÚDE			
Procedimentos Ambulatoriais	1.883,5 milhões	3.794,2 milhões	
Atendimentos na Atenção Básica	868,0 milhões	1.200,8 milhões	
Atendimentos na Atenção Especializada	146,4 milhões	447,0 milhões	
Internações Eletivas	1,5 milhão	2,2 milhões	
Internações de Urgência	10,6 milhões	9,1 milhões	
EDUCAÇÃO			
Matrículas na Educação Infantil	4,4 milhões	5,4 milhões	8.745.184
Matrículas no Ensino Fundamental Regular	33,3 milhões	24,7 milhões	27.183.970
Matrículas no Ensino Fundamental em Tempo Integral	1,3 milhão (2010)	3,1 milhões	1.549.913 (anos iniciais) 1.005.689 (anos finais)
Matrículas no Ensino Médio Regular	7,6 milhões	7,25 milhões	7.709.929
Pnae - Alunos Beneficiados	36,9 milhões	43,3 milhões	41,0 milhões
PNLD - Livros Didáticos Adquiridos	96,0 milhões (2005)	132,7 milhões	144,2 milhões
Pnate - Alunos Beneficiados	3,2 milhões (2004)	4,4 milhões	4,38 milhões
Caminho da Escola - Ônibus Adquiridos	2.391 (2008)	6.225 (2010)	1987
Matrículas na Educação Profissional de Nível Médio	279.143	749.675	1.791.806
Matrículas no Ensino Superior	1,1 milhão	1,9 milhão (2012)	8,290 milhões (2017)
Fies - Contratos Firmados	65.921	559.896	82,3 mil contratos em 2018
Prouni - Bolsas Ocupadas	95.612 (2005)	177.284	329.180 (em 2016)
DESENVOLVIMENTO URBANO			
Moradias do Minha Casa Minha Vida	-	1,5 milhão	527.115
DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO			
Contratos realizados no Pronaf	0,9 milhão	2,2 milhões	1,7 milhão

7 FALÁCIAS LIBERAIS SOBRE O ESTADO BRASILEIRO

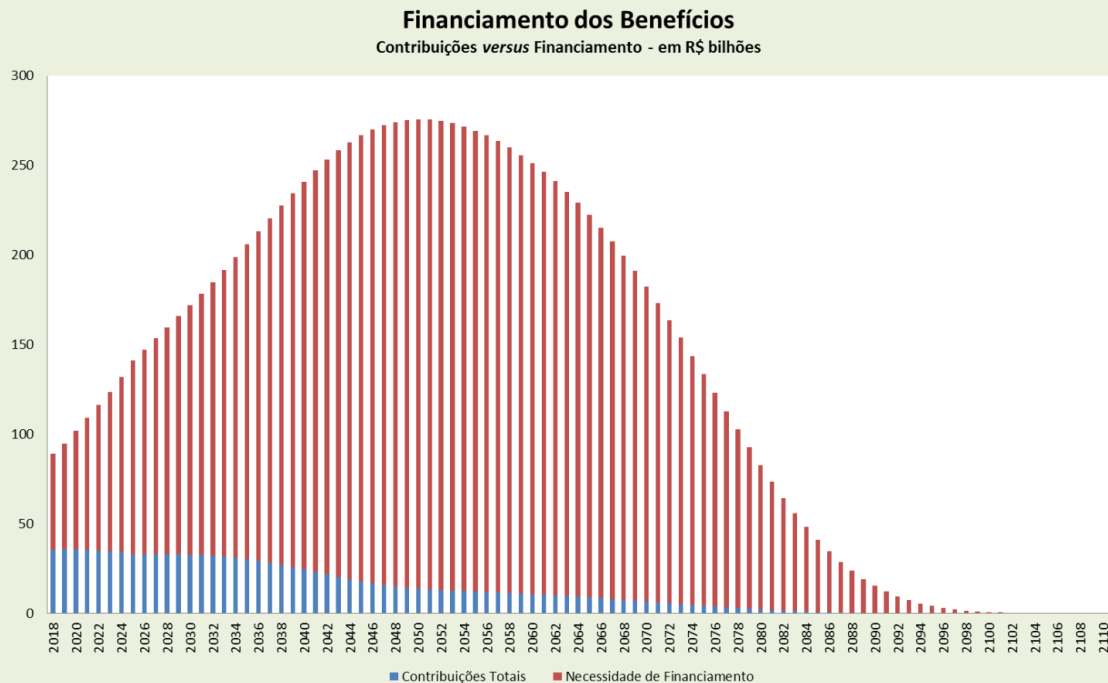
4. A Estabilidade dos servidores públicos federais é absoluta??? NÃO!!!

Punições expulsivas aplicadas a estatutários no âmbito da administração pública federal,



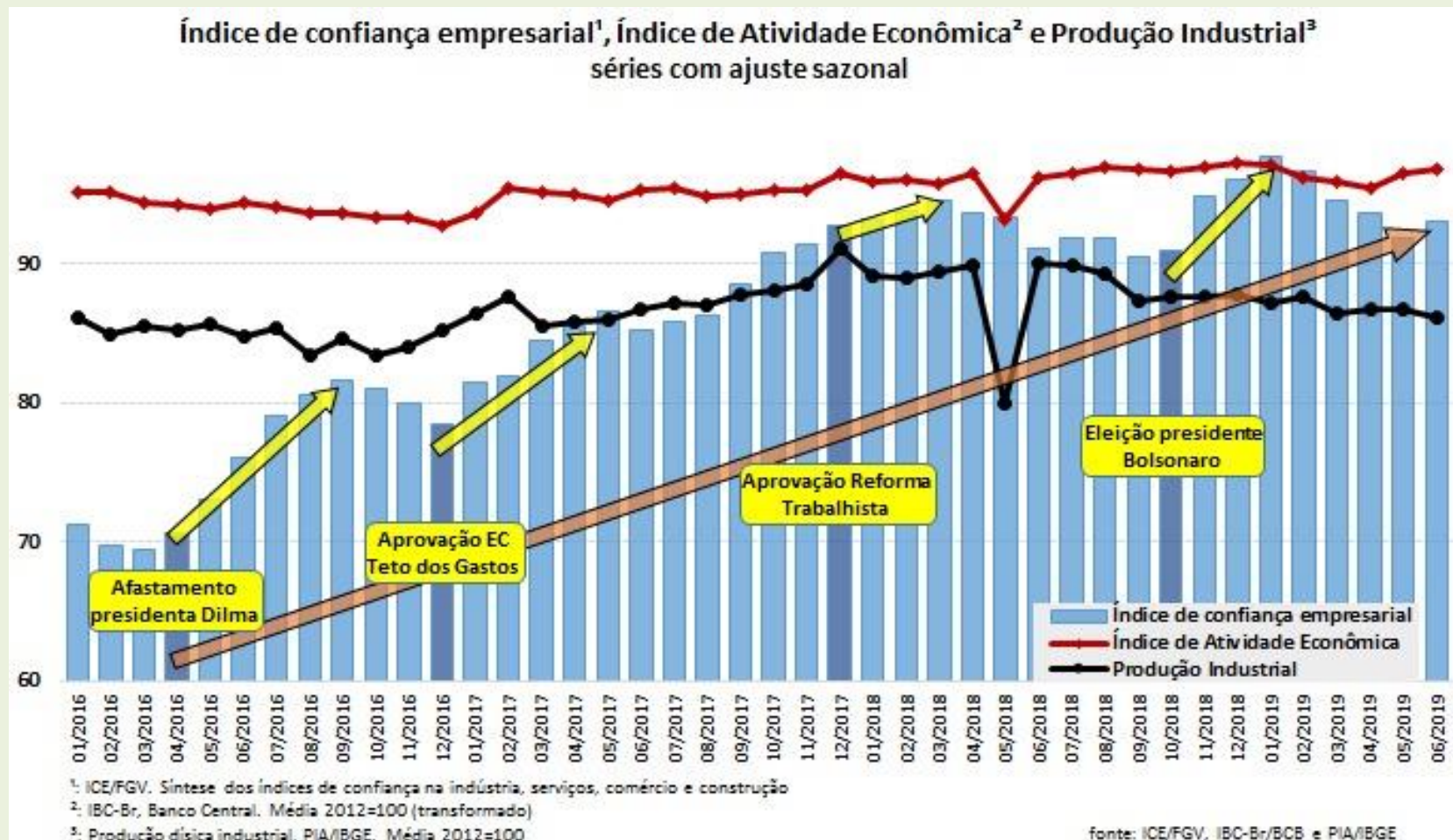
7 FALÁCIAS LIBERAIS SOBRE O ESTADO BRASILEIRO

5.0 RPPS dos servidores públicos federais tem déficit permanente e insustentável??? NÃO!!!



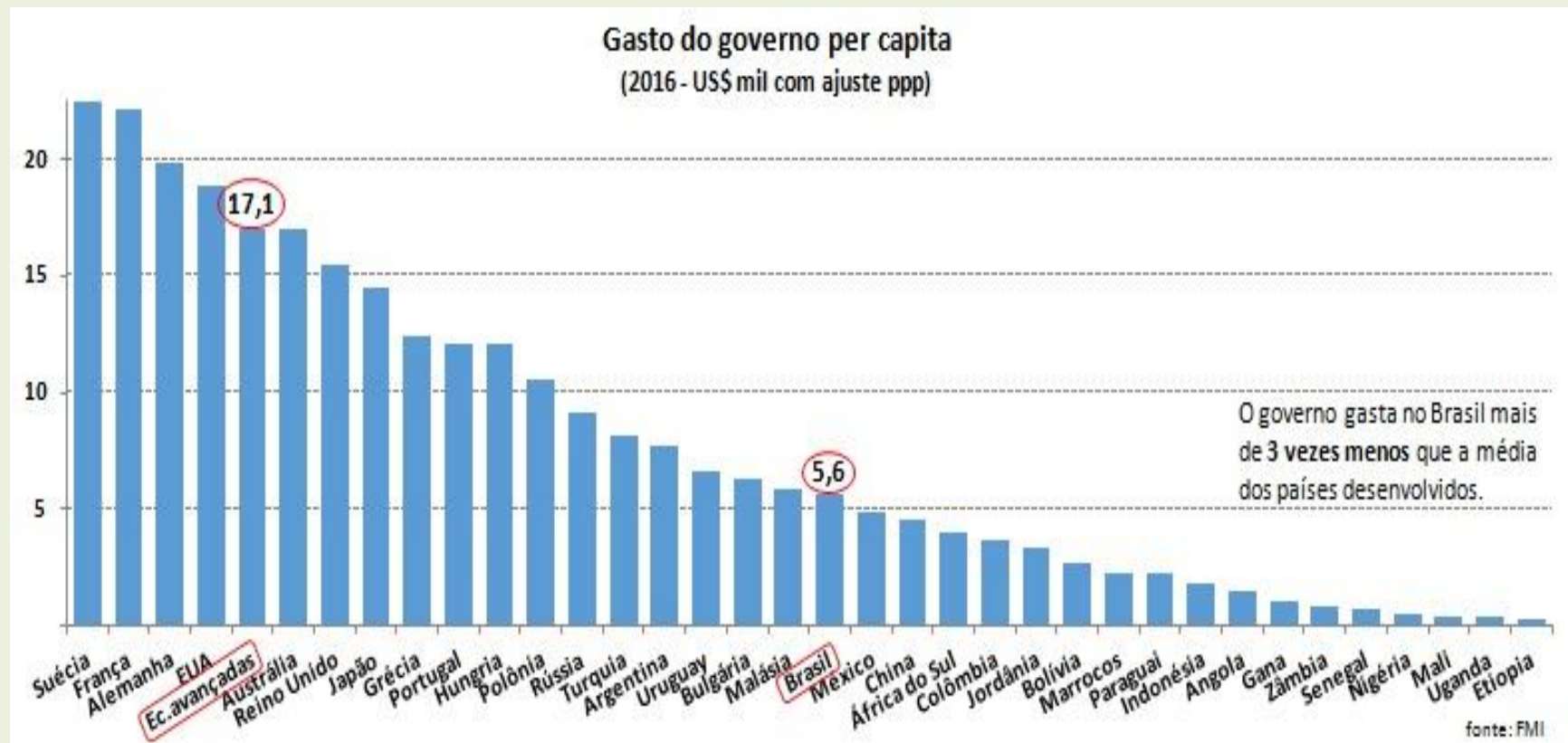
7 FALÁCIAS LIBERAIS SOBRE O ESTADO BRASILEIRO

6. A Reforma da Previdência, a Reforma Administrativa e as reformas microeconômicas vão acordar a "Fada da Confiança" na economia brasileira, recuperando o crescimento, o emprego e a arrecadação??? NÃO!!!



7 FALÁCIAS LIBERAIS SOBRE O ESTADO BRASILEIRO

7. As Finanças Públicas devem ser pensadas, contabilizadas e tratadas de modo distinto das finanças pessoais e empresariais??? O Estado brasileiro pode gastar, em termos reais, mais do que arrecada, em determinados contextos críticos??? SIM!!!



Relação entre Ajuste Fiscal (contracionista x expansionista) e crescimento econômico após ajuste

	MAIS CRESCIMENTO Crescimento econômico maior após ajuste	MENOS CRESCIMENTO Crescimento econômico menor após ajuste
MAIS AUSTERIDADE Política fiscal contracionista = retração / esterilização do gasto real	Irlanda (1987) Noruega (1983)	Finlândia (2000) Grécia (2005, 2006) Noruega (1979)
MENOS AUSTERIDADE Política fiscal expansionista = expansão / reorientação do gasto real	Espanha (1986,1987) Finlândia (1996,1998) Grécia (1976) Irlanda (1976, 1988, 1989) Holanda (1996) Noruega (1996) N. Zelândia (1993, 1994, 2000) Portugal (1986,1988, 1995) Suécia (2004)	Finlândia (1973) Irlanda (2000) Noruega (1980)

Complexificação da Agenda do Desenvolvimento e Emergência de Fenômenos

Hiper-complexos na Contemporaneidade Mundial:

- Hiper-concentração Econômica e Financeirização da Riqueza em escalas tanto global como nacionais.
- Super-exploração agrícola, mineral e industrial e Colapso Ambiental em escalas tanto global como nacionais.
- Crise Profunda dos Valores Republicanos e Democráticos em escalas tanto global como nacionais.
- SMALL BANG (bite, átomo, nano, gene): Novo Padrão Inovativo e Tecnológico é altamente dependente do conhecimento e da inovação induzida (não-espontânea) como insumos fundamentais. E isso levará a um aumento sem precedentes históricos da heterogeneidade estrutural entre países, aumento das assimetrias globais e forte mercadorização (com apropriação privada) dos ganhos do progresso técnico.

Complexificação da Agenda do Desenvolvimento requer Estado capaz e pró-ativo:

- Não basta fazer crescer o PIB; é preciso fazê-lo de forma compatível com:
 - Fortalecimento do mercado interno e estruturação do mercado de trabalho,
 - Erradicação da miséria e redução das desigualdades sociais e territoriais/regionais,
 - Sustentabilidade produtiva, ambiental e humana,
 - Aperfeiçoamento das instâncias representativas, participativas e deliberativas da sociedade,
 - Respeito e garantia das conquistas e direitos republicanos e democráticos.

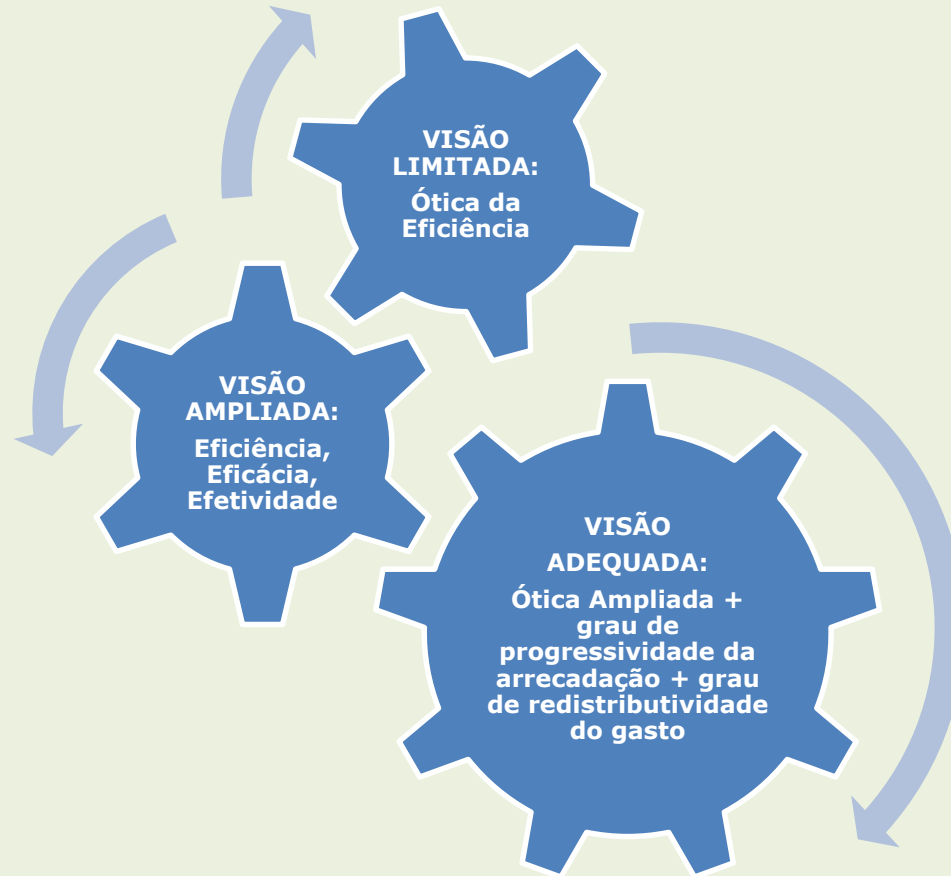
DESAFIOS DA GESTÃO PÚBLICA NO SÉC. XXI

- DEMOCRATIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA: MÉRITO, TRANSPARÊNCIA, AUTONOMIA, MOBILIDADE, RESPONSABILIDADE
- PROFISSIONALIZAÇÃO DA FUNÇÃO PÚBLICA: CICLO LABORAL DO SERVIDOR PÚBLICO
- NOVAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO, GESTÃO & COMUNICAÇÃO: CRIAÇÃO E DIFUSÃO DE T.I.G.C.'s
- GESTÃO POR DESEMPENHO E RESULTADOS: DESENVOLVIMENTO COMPLEXO E MULTIDIMENSIONAL
- NOVOS MECANISMOS DE GOVERNANÇA PÚBLICA: REPACTUAÇÃO FEDERATIVA; MAIS/MELHOR PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL

DESAFIOS DO ORÇAMENTO PÚBLICO NO SÉC. XXI

- ELEVAR O NÍVEL DE AGREGAÇÃO DAS UNIDADES MÍNIMAS DE EXECUÇÃO DO GASTO PARA O PLANO ESTRATÉGICO DOS OBJETIVOS OU METAS DO PPA.
- APLICAR TRATAMENTO DIFERENCIADO AO GASTO PÚBLICO (EM TERMOS DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTAÇÃO, CONTROLE, GESTÃO E PARTICIPAÇÃO), SEGUNDO A NATUREZA EFETIVA E DIFERENCIADA DAS DESPESAS, DE MODO QUE, POR EX:
 - DESPESAS DE CUSTEIO “INTERMEDIÁRIO” DA MÁQUINA PÚBLICA = CONTABILIZAÇÃO ANUAL E FOCO NA EFICIÊNCIA.
 - DESPESAS DE CUSTEIO “FINALÍSTICO” DAS POLÍTICAS PÚBLICAS = CONTABILIZAÇÃO ANUAL E FOCO NA EFICÁCIA E EFETIVIDADE.
 - DESPESAS DE INVESTIMENTO-CUSTEIO = CONTABILIZAÇÃO PLURIANUAL E FOCO NA EFICÁCIA E EFETIVIDADE.

GASTO COM QUALIDADE: 3 ABORDAGENS POSSÍVEIS



DESAFIOS DO PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL NO SÉC. XXI

- **CENTRALIDADE**: VISÃO ESTRATÉGICA GLOBAL / VISÃO DE FUTURO.
- **TEMPORALIDADE E DIRECIONALIDADE**: CAPACIDADE DE ARTICULAÇÃO & COORDENAÇÃO.
- **SETORIALIDADE E ESPACIALIDADE**: TEOR PROSPECTIVO / PROPOSITIVO.
- **EXEQUIBILIDADE** (GOVERNABILIDADE SISTÊMICA E GOVERNANÇA COLABORATIVA): TEOR DEMOCRÁTICO / PARTICIPATIVO
- **RESPONSIVIDADE**: TEOR ÉTICO: princípios republicanos e democráticos...

VISÃO PROSPECTIVA = CENÁRIO DESEJÁVEL ESTADO, PLANEJAMENTO E GESTÃO

•**REFORMA TRIBUTÁRIA E FISCAL** = PROGRESSIVA NA ARRECADAÇÃO E REDISTRIBUTIVA NOS GASTOS.

•**REFORMA ÉTICO-POLÍTICA** NOS SISTEMAS DE REPRESENTAÇÃO E DELIBERAÇÃO = VALORIZAÇÃO DA ESFERA PÚBLICA.

•**CULTURA DE DIREITOS** = PLATAFORMA DHESCA DE DIREITOS HUMANOS, ECONÔMICOS, SOCIAIS, CULTURAIS E AMBIENTAIS.

•**REVOLUÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA-PRODUTIVA** = ECONOMIA VERDE + EDUCAÇÃO AMBIENTAL = ENCADEAMENTOS INOVATIVOS = INOVAÇÃO PRODUTIVA E INSTITUCIONAL DE PROCESSOS E PRODUTOS.

PRINCÍPIOS GERAIS A ORIENTAR A REFORMA DO ESTADO BRASILEIRO (DE NATUREZA REPUBLICANA, DEMOCRÁTICA E DESENVOLVIMENTISTA) PARA O SÉCULO XXI

+

REPÚBLICA

esfera pública, interesse geral, bem-comum

- + transparência:
 - dos processos decisórios
 - dos resultados intermediários e finais dos atos de governo e das políticas públicas
- + controle social:
 - sobre os 3 poderes (executivo, legislativo, judiciário)
 - sobre os meios de comunicação (públicos e privados)

+

DEMOCRACIA

representação, participação, deliberação e controle social

- + representatividade: reforma política
- + participação: conselhos, conferências, audiências, ouvidorias, fóruns, grupos de trabalho
- + deliberação: referendos, plebiscitos, iniciativas populares
- + esfera pública: controle social

+

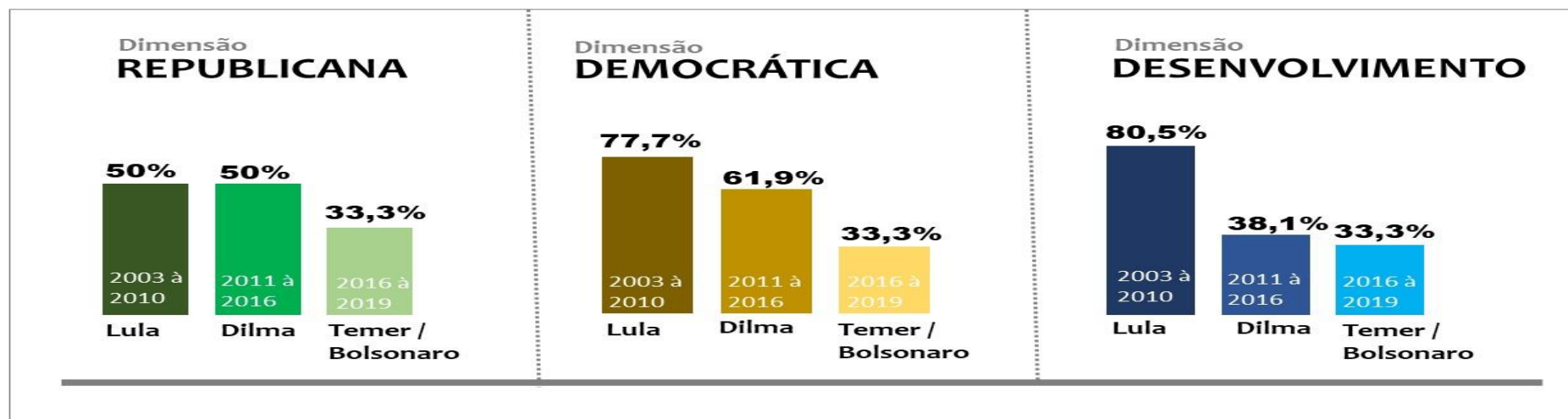
DESENVOLVIMENTO

Estado capaz e pró-ativo

- inserção internacional soberana
- macroeconomia do desenvolvimento: crescimento, estabilidade, emprego e distribuição de renda
- estrutura tecnoprodutiva avançada e regionalmente integrada
- infraestrutura econômica (energia, transportes, comunicações), social e urbana (moradia, saneamento, mobilidade)
- sustentabilidade, produtiva, ambiental e humana
- proteção social, garantia de direitos e geração de oportunidades
- fortalecimento do Estado, das instituições republicanas e da democracia

Processos de republicanização, democratização e desenvolvimento do Estado, da sociedade e da economia brasileira, entre 2003 e 2019.

República – Democracia – Desenvolvimento no Brasil 2003 - 2019



Tais resultados foram obtidos por meio de uma avaliação de desempenho e expectativa governamental que pontua de 1 (= desempenho ruim) a 2 (= desempenho médio) e 3 (= desempenho satisfatório) a atuação (nos casos dos governos findos) ou a intenção (no caso do governo em curso), relativamente a aspectos e dimensões do processo de construção e fortalecimento do Estado no Brasil. Evidentemente, trata-se de uma avaliação aproximada, que usa como parâmetros de pontuação alguns critérios importantes (porém não exaustivos) da configuração de Estados nacionais republicanos, democráticos e desenvolvidos. Ainda como alerta metodológico, embora a pontuação aplicada de cada quesito a cada governo reflita uma leitura/interpretação pessoal de natureza retrospectiva acerca dos governos findos de Lula, Dilma e Temer e apenas uma projeção subjetiva acerca do governo Bolsonaro, pareceu-nos importante essa confrontação inicial com vistas ao acompanhamento futuro (e ainda comparativo) que se pretende realizar sobre este governo em curso. Para um detalhamento ver Cardoso Jr. (2019).

Processos de republicanização, democratização e desenvolvimento do Estado, da sociedade e da economia brasileira, entre 2003 e 2019.

Por *republicanização*, entendemos aqui um processo histórico por meio do qual um país e sua nação buscam se aproximar de uma forma de organização política do Estado que visa (e prevê) a repartição e o equilíbrio do poder entre seus cidadãos e organizações.

“(...) a institucionalização da República requer o aprimoramento – e até mesmo a radicalização, ainda que incremental – da política democrática, na direção da democracia como aprendizado republicano, capaz de torná-la mais apta a refletir o conjunto da demos, a comunidade política em sua integridade.” (Cardoso Jr. e Bercovici, 2013: 35)

Por *democratização*, referimo-nos aqui à forma de organização política da sociedade por meio da qual opiniões, vontades e interesses diversos podem ser agregados, manifestos e representados, e os conflitos podem ser disciplinados, regrados e “momentaneamente resolvidos”.

De acordo com Tilly (2007: 13), *“um regime é democrático na medida em que as relações políticas entre o Estado e seus cidadãos são amplas, igualitárias, protegidas e mutuamente comprometidas.”*

Por *desenvolvimento*, queremos aqui demarcar uma forma específica de organização econômica da sociedade por meio da qual se busca avançar, material e culturalmente, nos arranjos institucionais de produção, distribuição e apropriação do excedente econômico gerado coletivamente. Para este tema, ver Cardoso Jr. (2015).

PRINCÍPIOS GERAIS A ORIENTAR A REFORMA DO ESTADO BRASILEIRO (DE NATUREZA REPUBLICANA, DEMOCRÁTICA E DESENVOLVIMENTISTA) PARA O SÉCULO XXI

+

REPÚBLICA

esfera pública, interesse geral, bem-comum

- **Reforma do Estado:** republicanização e democratização das estruturas e formas de funcionamento dos aparatos governamentais, com planejamento governamental participativo, gestão pública democrática, controles burocráticos do Estado voltados para a transparência dos processos decisórios, efetividade das ações públicas e institucionalização da participação social em todas as etapas do circuito de políticas públicas.

+

DEMOCRACIA

representação, participação, deliberação e controle social

- **Reforma Política:** refundação democrática de organizações e novos mecanismos de representação e deliberação coletivas.

+

DESENVOLVIMENTO

Estado capaz e pró-ativo

- **Reforma Administrativa:** combate aos privilégios, à injustiça e à corrupção.
- **Reforma Tributária:** progressiva na arrecadação.
- **Reforma Fiscal:** redistributiva no gasto.

PRINCÍPIOS GERAIS A ORIENTAR A REFORMA DO ESTADO BRASILEIRO (DE NATUREZA REPUBLICANA, DEMOCRÁTICA E DESENVOLVIMENTISTA) PARA O SÉCULO XXI

**+ República =
Reforma do
Estado:**

**+ esfera pública,
interesse geral,
bem-comum**

- Medidas para conferir mais e melhor **transparência dos processos decisórios** intragovernamentais e nas relações entre entes estatais e privados, bem como sobre resultados intermediários e finais dos atos de governo e das políticas públicas de modo geral. Este é um dos principais campos de atuação republicana contra a visão moralista e punitivista de combate à corrupção no país.
- Medidas para estimular **mais participação social e melhor controle público sobre os poderes da União** (Executivo, Legislativo, Judiciário) e Ministério Público. O empoderamento social no âmbito de conselhos e outras instâncias de compartilhamento de poder no âmbito dos três poderes constitucionais (e Ministério Público) é condição fundamental para o reequilíbrio de poder e valorização da esfera pública no país.
- Medidas para promover **desconcentração econômica, mais democratização e melhor controle social sobre os meios de comunicação** (públicos e privados) em operação no país. Sem uma mídia plural e ativa, responsável por mais e melhores informações ao conjunto da população e tomadores de decisões, a democracia não pode se realizar plenamente.
- Medidas de minimização do impacto da porta giratória e das porosidades entre Estado e mercado por meio da **regulamentação das atividades de lobby e advocacy.**

PRINCÍPIOS GERAIS A ORIENTAR A REFORMA DO ESTADO BRASILEIRO (DE NATUREZA REPUBLICANA, DEMOCRÁTICA E DESENVOLVIMENTISTA) PARA O SÉCULO XXI

+ Democracia = Reforma Política:

+ representação,
participação,
deliberação e
controle social

- **Sistema representativo:** medidas para uma reforma político-partidária que impliquem maior convergência entre representação parlamentar e representados, bem como maior alinhamento ideológico e programático entre partidos e eleitores. Neste campo, o financiamento público exclusivo das campanhas eleitorais é primordial.
- **Sistema participativo:** medidas que impliquem maior institucionalização, ativação e responsividade dos conselhos, conferências, audiências e ouvidorias públicas, fóruns de discussão e grupos de trabalho na interface entre Estado, políticas públicas e sociedade civil. Tais instâncias podem e precisam avançar qualitativamente como espaços de deliberação sobre questões estratégicas e diretrizes de políticas públicas.
- **Sistema deliberativo:** medidas que impliquem maior disseminação, uso e responsabilização dos instrumentos e mecanismos diretos de democratização das decisões coletivas, tais como o referendo, o plebiscito e as proposições legislativas de iniciativa popular. Esta ampliação da prerrogativa de convocação de plebiscitos, referendos e consultas populares deve incorporar também a introdução do veto popular, de modo a ratificar a soberania popular como espaço decisório cotidiano e de última instância em torno de questões cruciais para a sociedade brasileira.

PRINCÍPIOS GERAIS A ORIENTAR A REFORMA DO ESTADO BRASILEIRO (DE NATUREZA REPUBLICANA, DEMOCRÁTICA E DESENVOLVIMENTISTA) PARA O SÉCULO XXI

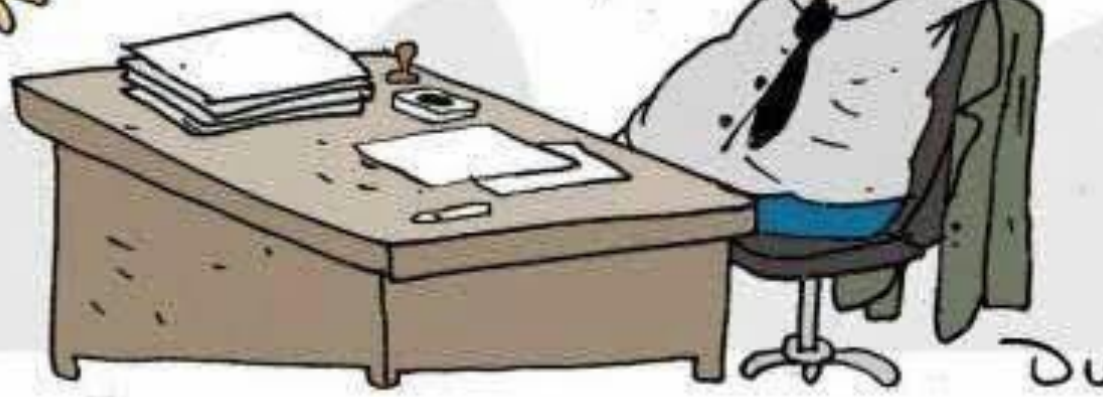
+
Desenvolvimento
= Reforma
Administrativa,
Tributária e
Fiscal:
+ Estado capaz e
pró-ativo

- Medidas de **recuperação e ativação das capacidades estatais de planejamento governamental e de coordenação estratégica dos investimentos** e demais decisões das empresas estatais. Neste particular, é preciso compatibilizar a sustentabilidade empresarial de longo prazo com a função social pública das estatais, já que a eficiência microeconômica de curto prazo não pode estar acima da eficácia macroeconômica e da efetividade social no médio e longo prazos.
- Medidas de **profissionalização e valorização da ocupação no (e do) serviço público**, tais que uma verdadeira política de recursos humanos para o setor público brasileiro – que leve em consideração de modo articulado e orgânico as etapas de seleção, capacitação, alocação, remuneração, progressão e aposentação – esteja ancorada e inspirada pelos valores e princípios da república, da democracia e do desenvolvimento nacional.

CHEFE, AS INSTITUIÇÕES
FUNCIONARÃO NO PERÍODO
DE CARNAVAL?



NEM DURANTE,
NEM ANTES,
NEM DEPOIS!



Duke